

Afinal, ocupar pra quê?

“Será que as coisas vão mudar? Pra que vai servir?”

Por Giovanna Marafon (CRP 05/30781)
Conselheira do CRP-RJ e Professora da Faculdade de Educação da Baixada
Fluminense – UERJ

Há aproximadamente um ano atrás, em 2015, estudantes do estado de São Paulo protestaram contra a “reorganização escolar”, para a qual o governo estadual propunha que houvesse a transferência de um milhão de alunas (os) de suas escolas para outras, estas pautadas pela política de ciclos. Por aproximadamente 60 dias, foram ocupadas mais de 200 escolas, nas quais aqueles jovens estavam matriculados e que seriam fechadas tendo o quadro docente enxugado por uma medida burocrática e gerencial agenciada pela Secretaria de Educação do estado de São Paulo. Frente a isso, estudantes revoltaram-se, resistiram e ocuparam as escolas, afirmando-as como as escolas delas (es), talvez a escola de qualquer uma (um). Das pautas iniciais, as reivindicações ampliaram-se para a democratização do ensino e das relações, com demandas por temas, como: relações de gênero, racismo e homofobia, entre outros¹.

Algo parece ter se deslocado: jovens estudantes queriam as escolas e queriam nelas serem ouvidos. Lutaram para fazer das escolas lugares próprios e para barrar a reforma educacional que se lhes tentava impor sem qualquer diálogo naquele momento. Foi um processo, distinto em cada escola, em cada ocupação e, certamente havia microprocessos em cada assembleia, reunião, discussão, atividade proposta e realizada, ora com apoios, ora sem apoios, com enfrentamento do senso comum e da opinião formada pelas notícias midiáticas, muitas vezes contrárias aos movimentos estudantis de ocupação. Estudantes resistiram às investidas intimidatórias do governo, perpetradas por meio da polícia, e contra as decisões judiciais que, na maioria das vezes, insistiam em reduzir a questão à lei e, dessa forma, à reintegração de posse dos estabelecimentos escolares ao governo do estado. As escolas não foram fechadas e estão reexistindo, tendo passado pelas vivas experiências micropolíticas de ocupação.

Logo depois do início das movimentadas ocupações em escolas de ensino médio em São Paulo, em novembro de 2015, estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) também ocuparam diversas unidades da Universidade (entre elas, em Duque de Caxias, São Gonçalo e no *campus* Maracanã). A ocupação estudantil se fazia no limite de continuar quando não mais havia condições de funcionamento e recusava uma vida universitária que se tornou precária. Das escolas para as universidades e, de volta às escolas, estudantes protagonizam a agonia dos sucateamentos dirigidos à educação pública no país. Embora existam semelhanças, e insurreições, não há nas ocupações uma teoria geral das ações, não há modelos gerais que possam ser aplicados. Em 2015, foram ocupações de escolas estaduais em São Paulo e de universidades estaduais no Rio de Janeiro. Em 2016, são ocupações de estudantes de

¹ Piolli, E., Pereira, L. e Mesko, A. (2016). A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Crítica educativa*, Sorocaba, vol. 2, n. 1, p. 21-35.

ensino médio, chegando a mais de mil escolas, e de universitários, em centenas de universidades no Brasil.

Em muitos lugares, as ocupações estudantis são apoiadas por docentes, familiares, comunidade local, movimentos sociais e etc. Recebem contribuições às atividades que organizam e doações de mantimentos e de recursos para um cotidiano partilhado e gerenciado por estudantes que ocupam o espaço e ocupam-se do cuidado coletivo desse espaço, alimentam-se e descansam da e na escola, criando outras maneiras de lá estar/fazer/relacionar/aprender e ensinar. As reportagens televisivas, a exemplo da situação de adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2016 em unidades ocupadas, a despeito de terem operado com a deliberada culpabilização desses estudantes, veicularam imagens estéticas e políticas de reivindicações e afirmações. Fizeram ver como estudantes estão engajando-se de outras maneiras, para aquém e além da já conhecida e reiterada posição de aluno em escolas organizadas hierarquicamente. Isso nos leva a pensar acerca da fala de estudantes da ocupa Amaro (Colégio Estadual Amaro Cavalcanti) e da ocupa Paraná (Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães – CESMAG), em evento realizado na UERJ sobre o movimento “Ocupas”, no qual afirmaram que, até a ocupação em suas escolas, não sabiam o que era uma assembleia e, nas ocupações, viveram e aprenderam a realizar várias assembleias².

Em exercício de coabitar, nas ocupações estudantis, há a possibilidade virtual de tomar um território escolar como algo a ser desterritorializado. As redes sociais também são utilizadas como plataformas de informação, comunicação e agendamento das atividades presenciais nas escolas. Nesse contexto, também estão ocupados Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) e, mais recentemente, Universidades Federais ao longo do país. O acontecimento que tem possibilitado a criação de um campo (contra) discursivo comum às ocupações é a resistência e revolta quanto à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) trazida à votação em regime especial pelo governo Michel Temer, aprovada pela Câmara dos Deputados (PEC 241/2016) e que deverá seguir para votação no Senado (PEC 55/2016). Prevê ajustes fiscais, com cortes no orçamento público destinado à educação e à saúde e a programas sociais (reajustado apenas pela inflação durante os próximos 20 anos). Cabe lembrar que, do ponto de vista jurídico, em 7 de outubro do ano corrente, a Procuradoria Geral da República manifestou-se pela inconstitucionalidade da referida PEC, mas, mesmo assim ela corre perigo de ser aprovada e implementada, alterando a Constituição Federal de 1988.

É possível perceber a atualidade de um pensamento e parafrasear Michel Foucault que, em texto publicado inicialmente no jornal francês *Le Monde*, em consideração ao que se passava no Irã, questionou em 1979: “É inútil revoltar-se?”. Poderíamos perguntar: do que valerá revoltar-se? Será inútil? Ficarà tudo como antes? As ocupações em escolas, especificamente, mas também na cultura (ocupa MinC), na saúde (ocupa SUS), nas cidades (a exemplo do ocupa São João, em São Paulo, e do ocupa Estelita, em Recife/PE), têm nos mostrado que há variações sendo produzidas, outras sensibilidades, relações diferenciadas e em diferenciação entre ocupantes e as

² Mesa redonda “Ocupas”, realizada pelo “Ciclo Ato Criador”, em 17 de novembro de 2016 na UERJ, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qn6BKufWQw8>.

políticas, inclusive aquelas do viver. Estudantes insistem em nos dizer que sabem experimentar as escolas de outros jeitos, resta-nos, portanto, poder ouvir. Com estas experimentações, o que será possível fazer? Como pistas que sugerem passagens e entradas movediças, meios para começar, as ocupações nas escolas deixam rastros, então vamos acompanhá-los.

No Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, inicialmente na unidade Realengo, deu início à mais recente onda de ocupações secundaristas, decidida em assembleia contando com a participação da maioria de 64% de estudantes da instituição. Juntamente com a unidade Humaitá, o Col. Pedro II Realengo estava na mira da “Recomendação nº 49” do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, de 26 de setembro de 2016, para a imediata retirada de cartazes com os dizeres “Fora Temer”, afixados no interior daquelas duas unidades escolares. Os argumentos da nota sinalizam para discursos semelhantes, com os mesmos termos, presentes no Projeto de Lei “Escola Sem Partido”, o qual tramita no Rio de Janeiro como PL 867/2014, havendo vários similares em outros estados e municípios, e no Senado Federal como PL 193/2016. A nota recomendava medidas à direção e à reitoria, entendendo que, no Colégio, estaria acontecendo “doutrinação política e ideológica” e “defesa explícita de posições políticas, ideológicas e partidárias”. Houve manifestações nas redes sociais e nas ruas da cidade, pela defesa da liberdade de pensamento no Colégio Pedro II. Ao mesmo tempo, no começo do mês de outubro, alguns pais de estudantes do referido colégio fizeram um protesto contra a decisão da escola de abolir uniformes diferenciados pelo gênero de maneira binária – masculino ou feminino. Alegavam que a escola estaria praticando “ideologia de gênero”, mais um argumento que justifica o PL “Escola sem partido”, também chamado pelos estudantes “Escola da Mordaca”.

Somava-se ainda, no cenário político de disputas e dissensos que envolvem a comunidade escolar, a Medida Provisória (MP) 746/2016, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), propondo mudanças na Base Nacional Comum Curricular que afetam diretamente o ensino médio no país. Diminui as matérias obrigatórias, a ênfase cultural, a formação ética e exclui, explicitamente, as disciplinas de artes, sociologia e educação física. Argumenta pela ampliação do ensino (em tempo) integral e prevê a contratação, sem concurso, de professores que apresentem “notório saber” em áreas de ensino técnico. Assim, estudantes dizem: “Ao congelamento de gastos, à imposição da reforma e principalmente à lei da mordaca, estamos dizendo NÃO” (da página Ocupa Real II³).

Aulas paralisadas. Salas indisponíveis, sem aplicação de testes ou trabalhos. “Quando ocupamos o colégio, questionamos, principalmente, a ideia de que o aluno é passivo na escola e no método educacional. Provamos que não somos, assumindo posição de decisão” (idem). Assim, logo nos primeiros dias da ocupação de resistência, alunos do colégio realizaram reuniões com responsáveis pelos estudantes, discutindo “O que é ocupação”, “Motivos para ocorrer”, “Como se dá o funcionamento”, “Base jurídica”. Organizaram rotinas para aquelas e aqueles que permanecem depois das 20 horas, diariamente, para dormir. Todas e todos estudantes precisam de identificação para

³ Fonte: https://www.facebook.com/pg/ocupaCP2real/posts/?ref=page_internal

entrar e autorização de seus pais e/ou responsáveis quando se trata de menores de 14 anos de idade. Há um documento para pais e responsáveis autorizarem seus filhos, maiores de 14 e menores de 18 anos de idade, a dormirem na ocupação.

Até a escrita deste artigo, estudantes cotistas e bolsistas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ, em Duque de Caxias, haviam dado início a uma nova ocupação. Sem o pagamento de suas bolsas, ficaram sem condições de arcar com o custeio do transporte para ir às aulas, ainda mantidas. Concomitantemente, completou-se um mês da ocupação no Colégio Pedro II em que esta organização estudantil realizou ampla variedade de ações, utilizando pátios, área aberta, auditório principal, refeitório, quadra e algumas salas. Desde a escolha da imagem que apresenta a página publicamente com uma foto de jovem, cujo rosto pode ser de estudante qualquer, contendo a identificação dos símbolos daquela instituição, trata-se de um rosto não personificado em um só corpo, mas corpos discentes, todxs e qualquer umx, corpos de ocupação. Muitas imagens, feitas por jovens e com jovens nas ocupações, no pátio, nos aulões, nas oficinas, na rotina diária de preparar a comida e de manter limpo o espaço de convívio, são feitas com cuidado e com o cuidado de cada qual e dos demais em não revelar rostos personalizados. São os corpos que ocupam a cena. São os corpos da ocupação. Na fala declamada por uma aluna na assembleia de um mês da ocupação: “Quando ocupamos, ressignificamos o espaço, iniciando um processo de reconhecimento do existir, onde o barulho é a resposta”. E mais, a respeito dos corpos:

Ocupar é apoderar-se do espaço, permitindo que ele se torne o que somos. É o sinal físico da impossibilidade de se limitar ideias. Para além da reivindicação de um espaço, ocupar é também um discurso simbólico corporal (...) através dos corpos ocupantes que criamos redes de solidariedade, aproximando as pessoas no âmbito físico e permitindo que se reconheçam nas opressões que sofrem. (...) Ocupemos porque não aceitaremos nada menos do que isso (da página Ocupa Real II⁴).

Os corpos de ocupação criaram comissões, como a de alimentação, responsável por receber as doações de alimentos. Inventaram oficinas, das mais variadas temáticas, como cartazes (e assim produziram seu material de divulgação e comunicação), bem como: oficinas de yoga, cultura africana, dança, gênero, lutas, capoeira, inclusão, retórica, tarô, literatura, leite e seus derivados, origem dos alimentos que comemos, meditação, Teatro da Acácia, fotografia, entre outras. Também desenvolveram atividades culturais e palestras – com professores e estudantes universitários – a respeito de: neurolinguística, efeitos da PEC, ONG's e projetos sociais, Michel Foucault, drogas, jovens embaixadores e oportunidades internacionais, PL “Escola sem partido”, retórica, autoestima e pressão pré-Enem, mulheres na história, educação e capitalismo. Receberam variadas doações. Realizaram, ainda, debate sobre educação popular e diversos aulões para exames (de português, redação, biologia, história, geografia, química, matemática, física), assim como aulas (de história de momentos específicos, economia, redação para o Enem). Organizaram e dinamizaram reuniões de estudantes, reuniões com pais e professores, monitorias com os próprios estudantes e professores (de francês, alemão, teoria musical). Fizeram vários mutirões de limpeza (#ocuparécuidar), produziram cinedebates (drogas, gênero e sexualidade) e com séries (feminismos e TV). Agenciaram rodas de conversa (a respeito de: gênero, universidades

⁴ Fonte: https://www.facebook.com/pg/ocupaCP2real/posts/?ref=page_internal

populares, relacionamentos abusivos, juventude e mercado de trabalho – efeitos da PEC 241, direitos humanos, distopias e utopias, a importância de coletivos feministas em escolas e universidades, o papel do homem dentro do movimento feminista). Elaboraram encontros de: apresentação musical, dança africana, sarau e jongo. Tiveram uma feira de africanidades. Organizaram e participaram de campeonato de futsal, atos e manifestações no centro da cidade, estudos sobre a PEC 241 e sobre o PL “Escola sem partido”. Receberam visita e apoio de artistas renomados, desenvolveram atividade com a presença da Anistia Internacional e realizaram o Festival Ubuntu. Em um mês!

E o Colégio ainda foi zona eleitoral das eleições municipais e a ocupação dispôs-se a sediar a realização do ENEM em algumas salas, mas não foi contatada pelo Ministério da Educação (MEC) e assim não se realizou qualquer diálogo sobre o assunto. Depois de nota emitida pela ocupação, publicada pelo site de notícias G1, o Inep (Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira) informou que não mais havia tempo para “rever o cancelamento” dos locais de prova onde havia ocupações.

Com esse panorama de atividades, ações e implicações políticas que tomam corpo e lugar nas ocupações, talvez possamos pensar com os jovens (não por eles, para eles ou sobre eles). Mas, pensar COM. Jovens estudantes do movimento de ocupação dizem o que desejam: “Queremos uma escola democrática e, visto que o governo não está disposto a negociar conosco ou nos ouvir, alunos do colégio Pedro II, que temos histórico de luta, mostraremos e construiremos a escola que queremos”. E, por fim, no panfleto unificado de todos os *campi* do Colégio Pedro II, por que e para que ocupam: “Queremos, com a ocupação, mostrar que a educação é para nós, estudantes, e ninguém pode tirar o nosso direito de lutar por ela e garantir que as próximas gerações tenham direito a um ensino melhor que o que tivemos”.

Se ocupar, afinal, não for um fim, mas um meio para começar... vamos às ocupações?